



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ELAINE GERÔNIMO DA SILVA

JOSÉ ALEILSON DA SILVA FERREIRA

**DESASTRE DE MARIANA – MG: ANÁLISE DO SEGURO DEFESO
DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS.**

JOÃO PESSOA, PB

2019.2

INTRODUÇÃO

Em 5 de novembro de 2015 ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana (MG), o maior desastre socioambiental do país no setor de mineração, com o lançamento de cerca de 45 milhões de metros cúbicos de rejeitos no meio ambiente. Os poluentes ultrapassaram a barragem de Santarém, percorrendo 55 km no rio Gualaxo do Norte até o rio do Carmo, e outros 22 km até o rio Doce. A onda de rejeitos, composta principalmente por óxido de ferro e sílica, soterrou o subdistrito de Bento Rodrigues e deixou um rastro de destruição até o litoral do Espírito Santo, percorrendo 663,2 km de cursos d'água.

Laudo Técnico Preliminar, concluído em 26 de novembro de 2015, aponta que “o nível de impacto foi tão profundo e perverso ao longo de diversos estratos ecológicos que é impossível estimar um prazo de retorno da fauna ao local”. O desastre causou a destruição de 1.469 hectares, incluindo Áreas de Preservação Permanente (APPs).

As consequências socioeconômicas e ambientais do desastre são, portanto, significativas e tornam-se mais graves e agudas quando se muda o foco para produtores que dependem fortemente dos recursos naturais antes disponibilizados pelo rio Doce.

Como forma de amenizar a situação dos pescadores da Bacia do Rio Doce, foi liberado o recebimento do Seguro Defeso a partir de dezembro de 2015. O seguro defeso consiste em uma assistência financeira temporária no valor de um salário mínimo concedido aos pescadores que, durante o período de reprodução dos peixes, são obrigados a paralisar a sua atividade.

Tragédia Mariana-MG

A lama invadiu o Rio Doce, privando de seus habituais de meios de vida comunidades tradicionais e indígenas, pescadores e toda a população dos cerca de 220 municípios ao longo da bacia hidrográfica, como se verifica na imagem abaixo:



Figura 1: A Bacia do Rio Doce
Fonte: Google Maps

As comunidades que habitavam as margens do Doce não puderam seguir vivendo das atividades econômicas que historicamente praticavam, já que o rio de que dependiam estava morto, ou seja, o nível de poluição era tão alto que não havia vida animal e vegetal capaz de sobreviver saudavelmente em tal ambiente fluvial.

Em 2010, havia na bacia do rio Doce 1.699 pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupadas nas atividades econômicas de aquicultura e pesca, respectivamente, esses dados foram obtidos através de dados do Registro Geral de Pesca, cadastro dos pescadores profissionais mantido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A renda média das pessoas que atuavam na atividade de aquicultura (R\$ 2.136) mostrou-se bem superior à renda média das pessoas associadas à pesca (R\$ 882). Além disso,

a atividade de pesca apresentava-se como uma importante alternativa para a subsistência de pessoas que informaram não possuir rendimentos decorrentes do trabalho e, também, para trabalhadores com baixa qualificação profissional.

Na busca de amenizar as consequências da tragédia, o governo liberou o seguro defeso para as famílias afetadas pelo desastre.

Abaixo, análise do pagamento do seguro defeso nos 12 meses seguintes da tragédia dos municípios afetado:

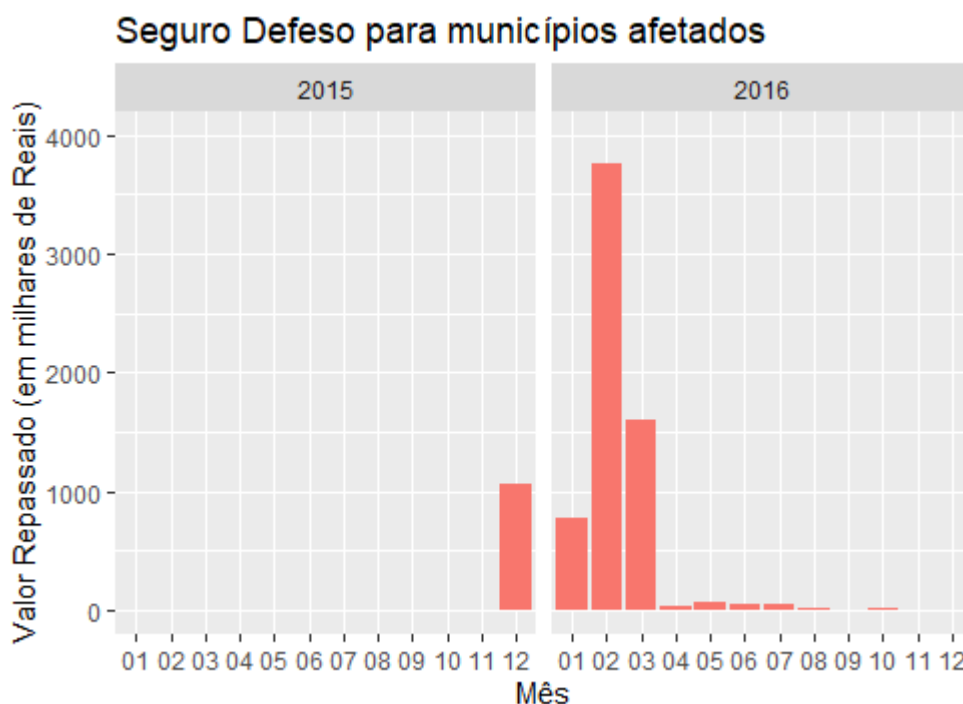


Figura 2: Evolução mensal seguro defeso, municípios afetados.

Fonte: banco de dados seg_defeso.csv; municípios_rio_doce.csv, pop_municipios.rda

Elaboração própria.

O gráfico acima mostra a evolução do pagamento do seguro defeso nos meses seguintes a tragédia de Mariana-MG. De dezembro de 2015 a março de 2016, houve aumento no pagamento do seguro defeso, nos meses seguintes, o pagamento do seguro diminuiu drasticamente.

Abaixo, análise do pagamento do seguro defeso nos 12 meses seguintes, dos municípios não afetados pela tragédia:

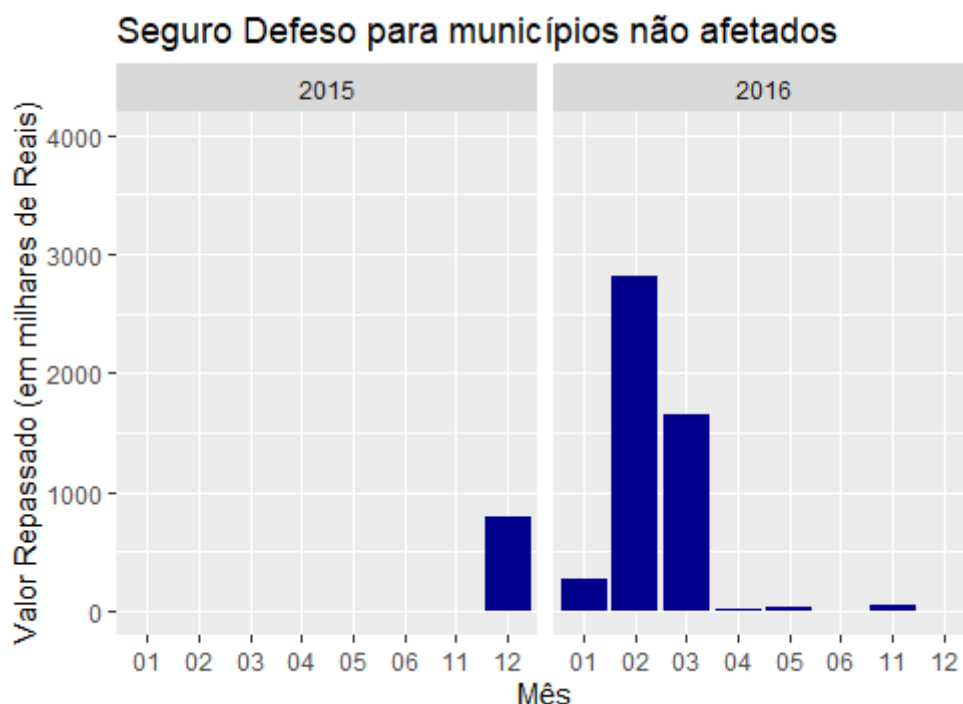


Figura 3: Evolução mensal, municípios não afetados

Fonte: banco de dados seg_defeso.csv; municípios_rio_doce.csv, pop_municipios.rda

Elaboração própria

Já no Figura 3, análise da evolução mensal do pagamento do seguro defeso nos 12 meses seguintes da tragédia, observando agora nos municípios não afetados pelo desastre. Observa-se que no período de dezembro de 2015 a março de 2016, há, também, altos valores repassados do seguro defeso para população.

Analisando a evolução mensal dos municípios afetados e não afetados nos 12 meses seguintes ao desastre, os valores repassados do seguro defeso foram maiores para o municípios afetados pelo desastre.

Na próxima figura verifica-se se houve aumento do pagamento do seguro defeso para municípios e indivíduos, comparando os 12 meses seguintes da tragédia com os 12 meses anteriores a tragédia.

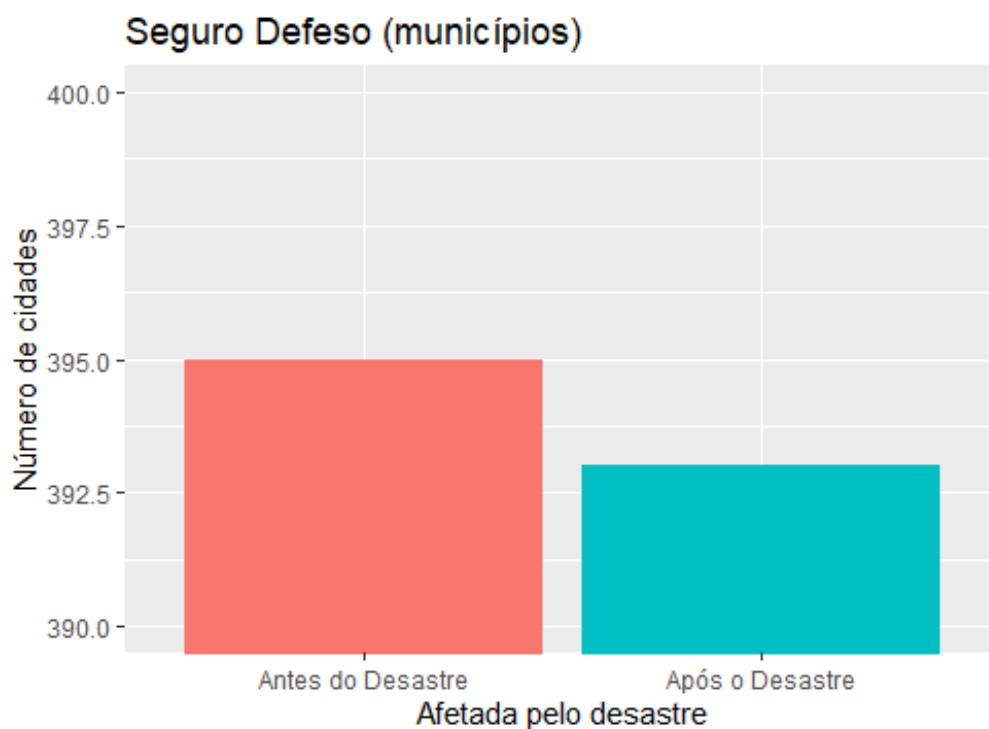


Figura 04 – comparação do pagamento seguro defeso para os municípios, antes e após o desastre.

Fonte: banco de dados seg_defeso.csv; municípios_rio_doce.csv, pop_municipios.rda
Elaboração própria.

De acordo com a figura 4 a proporção do pagamento do seguro defeso dos municípios pagos nos 12 meses anteriores foi maior do que após o desastre.

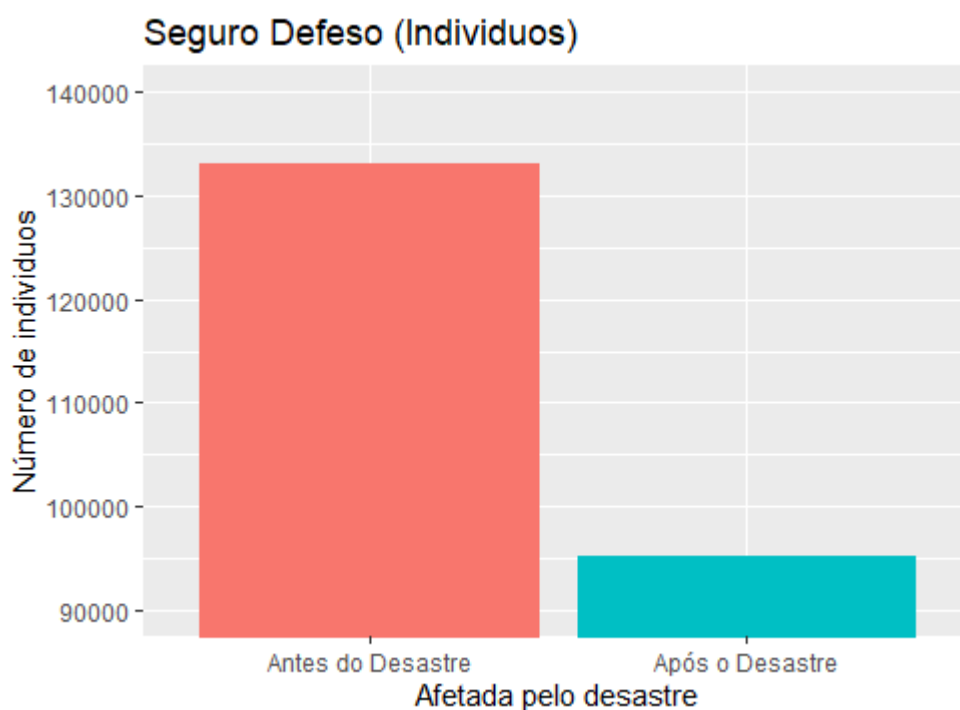


Figura 05- comparação do pagamento seguro defeso para indivíduos, antes e após o desastre.

Fonte : banco de dados seg_defeso.csv; municípios_rio_doce.csv, pop_municipios.rda

Elaboração própria.

De acordo com a figura 5 a proporção do pagamento do seguro defeso dos indivíduos pagos nos 12 meses anteriores foi maior do que após o desastre.

Entretanto, de acordo com os dados, logo após ao desastre, nos 4 primeiros meses, houve um aumento do pagamento do seguro defeso, e após esse períodos os pagamentos voltaram aos níveis normais.

Conclusão

Após a análise, os resultados aqui apresentados, indicam que, houve uma liberação de imediato após ao desastre, como forma de amenizar as perdas das famílias afetadas, em caráter emergencial.

Passado cinco meses do desastre, o auxílio financeiro do seguro defeso, tende a voltar a seus níveis de pagamentos anteriores.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, A. G.; CHAVES, J. V. **Seguro defeso**: diagnóstico dos problemas enfrentados pelo programa. Brasília: Ipea, 2014. (Texto para Discussão n. 1.956). Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1956.pdf>. Acesso em: dez. 2019.

ICMBIO- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Resumo das análises realizadas**: Expedição Solncy Moura. 2016. Disponível em : http://www.ibama.gov.br/phocadownload/noticias_ambientais/resumo_analises_expedicao_solncy_moura_icb.pdf. Acesso em: dez.2019.